



**ATA - Reunião da CT de Licenciamento**

**Data: 29/11 das 8h30 às 16h00**

**Local: FECAM - Florianópolis**

**I - PARTICIPANTES:**

ANAMMA	Janaina Mendes
ABES	Fernanda M. F. Vanhoni
CASAN	Cristiana Mondardo
CIMVI	Sandra Regina Batista, Rafael Paludo
CREA/SC	Tiago Borge
CRQ-XIII	Jonas Comin Nunes (Presidente), Odilon Amado
EPAGRI	Célio Haverroth
FACISC	Schirlene Chegatti (Relatora); Leticia Lunardi
FECAM	Alexandre Martins (via hangout)
FIESC	Fabiane Nobrega
FLORAM	Cláudio S. da Silveira
IMA	Ivana Becker
OAB	Mateus Stallivieri (via hangout)
SDE	Cristiano Alencar
<b>Convidados</b>	Josimar Neumann (SAMA – Joinville) Luiz Antonio Garcia Corrêa (IMA)

**1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;**

Foi realizada a leitura da ata da reunião anterior, sendo aprovada por unanimidade.

**2. Discutir e revisar o conceito de Atividade Secundária constante na Resolução CONSEMA nº 98/2017, conforme demanda oriunda da ANAMMA**

Discussão: Dando continuidade a esta demanda os membros da CTL debateram a proposta trabalhada na reunião do dia 11/10/2019 e nova sugestão encaminhada pela ANAMMA e CIMVI.

*Na reunião de 13/09/2019 foi apresentada proposta nova redação de artigos para análise:*

Art. 10. No licenciamento de um empreendimento deverá ser definida a Atividade Principal e as Atividades Complementares, quando houver.

Parágrafo Único. O estudo ambiental, exigido para fins de licenciamento ambiental, deverá ser de acordo com a atividade que requeira o estudo ambiental de maior complexidade.

Art. 10-A O licenciamento ambiental das atividades complementares deve se dar em um único processo, com exceção das atividades complementares realizadas por pessoa física ou jurídica distinta, que pode ter processo de licenciamento distinto.

Parágrafo Único. No caso de processo de licenciamento distinto, o órgão ambiental licenciador deverá vincular os processos. O estudo ambiental a ser apresentado deverá considerar os impactos de todas as atividades vinculadas.

Art. 10-B Caso a atividade principal do empreendimento não seja licenciável mas exista em sua estrutura outras atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, deverá ser aplicado o licenciamento de forma individualizada, de acordo com os portes constantes nesta resolução. O porte a ser considerado será aquele da atividade licenciável.

*Na reunião de 11/10/2019 foi apresentada proposta nova redação de artigos para análise:*

VIII - Atividade Licenciável: é a atividade desenvolvida pela pessoa física ou jurídica e que para concepção ou operação necessita de licenciamento ambiental, conforme listagem do Anexo VI desta Resolução. (Este conceito exclui as definições de atividade principal, secundária, inerentes, complementares, de apoio, etc.)

IX – Exclui este inciso.



50	Art. 10. No licenciamento de um empreendimento deverão ser contempladas todas as
51	atividades licenciáveis.
52	Parágrafo Único. O estudo ambiental, exigido para fins de licenciamento ambiental, deverá ser
53	de acordo com a atividade licenciável que requeira o estudo ambiental de maior complexidade.
54	Artigo 11-A No caso de atividades desenvolvidas em área compartilhada, independente da
55	titularidade dos empreendimentos, porém sem dependência direta entre as atividades, os
56	processos de licenciamento serão distintos, porém os estudos ambientais devem considerar
57	todas as atividades existentes na área compartilhada, devendo ser computadas as áreas
58	comuns para fins de enquadramento somando-se individualmente em cada um dos
59	licenciamentos com a área privada.
60	<u>Justificativa:</u>
61	1 – A proposta, salvo melhor juízo, separa os conceitos de atividade licenciável e controles
62	ambientais. Atividade Licenciável é aquela desenvolvida pela pessoa física ou jurídica e que
63	para concepção ou operação necessita de licenciamento ambiental, conforme listagem do
64	Anexo VI desta Resolução. Neste Anexo não temos uma listagem de controles ambientais com
65	códigos específicos, o que por si só, já indica que estamos tratando de institutos diversos. Os
66	controles ambientais por sua vez são um conjunto de instrumentos que ficam a cargo do
67	empreendedor e que deverão ser observados e executados durante todo o prazo de vigência
68	da Licença, inclusive como condição de validade da mesma. Ex.: Planos e Programas
69	Ambientais. Não devemos também confundir o conceito de atividade licenciável com o de objeto
70	social do empreendimento, visto que em inúmeras vezes para o desenvolvimento de suas
71	atividades sociais (que podem ou não ser licenciáveis), é desenvolvido uma atividade
72	potencialmente poluidora, passível de licenciamento. Ex.: Estação de Tratamento de Esgotos,
73	quando a vazão máxima prevista seja maior que 1,5 l/s.
74	2 – A regra de definição do grau de complexidade dos estudos está prevista no parágrafo único
75	do Artigo 10 da Resolução CONSEMA n.º 98/17, que sofre pequena alteração para adequação,
76	conforme acima apresentada. Embora tenha sido proposto o acréscimo acima grifado em
77	vermelho, temos que a redação do dispositivo proposto, mesmo em sua redação original, não
78	tem a extensão que o órgão proponente pretende dar, visto que, os estudos ambientais somente
79	sofrerão a projeção de outra atividade, quando esta ATIVIDADE for desenvolvida de forma
80	compartilhada. Portanto, as atividades que não forem desenvolvidas sob o regime de
81	compartilhamento, não terão projeção sob os estudos do outro empreendimento.
82	Por outro lado, embora a proposta seja relevante, verificamos certa dificuldade para a
83	operacionalização da mesma, especialmente quando os licenciamentos tramitarem em órgãos
84	diversos. Se por um lado temos o clamor da sociedade buscando uma uniformização dos
85	procedimentos e a edição de normas claras especialmente no aspecto da competência (o que
86	motivou inclusive a edição da Lei Complementar n.º 140/2011) anotamos que a proposta
87	poderá burocratizar o processo de licenciamento além de causar divergência no que tange a
88	distribuição de competências administrativas entre os órgãos. Assim, sugerimos que antes de
89	se promover a alteração proposta, seja apresentado uma minuta de procedimento para a
90	padronização da troca de informações entre os órgãos.
91	
92	<i>Após análise de ambas propostas foi consensada nova redação e colocada em votação na</i>
93	<i>reunião da CTL e aprovada pela maioria:</i>
94	VIII - Atividade Licenciável: é a atividade desenvolvida por pessoa física ou jurídica que, para
95	concepção ou operação, necessita de licenciamento ambiental, conforme a listagem do Anexo
96	VI desta Resolução;
97	IX - Atividade Inerente: atividade industrial exercida dentro da empresa, sendo uma etapa
98	essencial do fluxograma de produção da atividade licenciável, não sendo enquadrada como
99	atividade licenciável;"
100	Art. 3º O artigo 10 da Resolução CONSEMA nº 98/2017, passa a vigorar com a seguinte
101	redação:
102	



103 “Art. 10. No pedido de licenciamento, o requerente deve informar todas as atividades  
104 licenciáveis.  
105 § 1º O estudo ambiental exigido para fins de licenciamento ambiental deverá ser de acordo com  
106 a atividade que requeira o estudo ambiental de maior complexidade. O estudo ambiental a ser  
107 apresentado deverá ainda considerar os impactos de todas as Atividades Licenciáveis e  
108 inerentes existentes no empreendimento.  
109 § 2º Caso o empreendimento não seja passível de licenciamento, mas exista em sua estrutura  
110 atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, deverá ser aplicado o licenciamento de forma  
111 individualizada, de acordo com os portes constantes nesta Resolução. O porte a ser  
112 considerado será aquele da atividade licenciável.  
113 Art. 10 - A. O licenciamento ambiental das atividades licenciáveis deve se dar em um único  
114 processo, com exceção das atividades realizadas por pessoa física ou jurídica distinta, que deve  
115 ter processo de licenciamento próprio.  
116 §1º No caso de processo de licenciamento distinto, o órgão ambiental licenciador deverá  
117 vincular os processos. O estudo ambiental a ser apresentado deverá considerar os impactos de  
118 todas as atividades vinculadas. Para fins de enquadramento a atividade deverá ser considerada  
119 de forma individual.  
120 §2º No caso de empreendimentos que desenvolvam atividades em área compartilhada,  
121 independente de sua titularidade, os processos de licenciamento serão distintos, porém os  
122 estudos ambientais devem considerar todas as atividades existentes na área compartilhada.  
123 §3º Considerando o disposto no parágrafo 2º deste artigo, para fins de enquadramento deverão  
124 ser computadas as áreas individuais e compartilhadas, somando-se individualmente em cada  
125 um dos licenciamentos.  
126 §4º O disposto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo não se aplicam aos condomínios.”  
127

128 **Encaminhamento: Encaminhar à secretaria executiva para incorporar na revisão da**  
129 **Resolução 98/2017 do segundo semestre de 2019**  
130

### 131 **3. Solicitação FECAM sobre o tema Tanatopraxia**

132 Discussão: solicitada a retomada do assunto relacionado à atividade de funerárias em função  
133 do ofício n. 024/COMDEMA de Tubarão. Essa demanda foi encaminhada pela Câmara Técnica  
134 de Resíduos (CTR) em 2014, em função de ausência de código para esta atividade e  
135 necessidade de licenciamento apontada durante as tratativas de regulamentação no Estado do  
136 PGRSS. Em 2015 foi avaliada pelo GT Licenciamento a proposta abaixo e concluiu-se que os  
137 Serviços de Somatoconservação ou de Tanatopraxia ou de Taxidermia não fariam parte da lista  
138 de atividades licenciáveis em função dos controles associados estarem ligados a aprovação do  
139 PGRSS pela Vigilância Sanitária, competente pela controle e fiscalização destas atividades.  
140 No entanto, atualmente, considerando a necessidade de tratamento dos efluentes gerados  
141 serem passíveis de tratamento por sistemas de esgotamento, foi avaliada a possibilidade de  
142 condicionar o licenciamento em função da existência de rede coletora pública e tratamento de  
143 efluentes.  
144

145 71.91.00 Serviços de somatoconservação ou de tanatopraxia ou de taxidermia, localizados em  
146 municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições:

- 147 a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;  
148 b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.

149 Potencial Poluidor/Degradador – Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

150 Porte Pequeno:  $AU(9) \leq 0,005$

151 Porte Médio:  $0,005 < AU(9) \geq 0,01$  (RAP)

152 Porte Grande:  $AU(9) > 0,01$  (RAP)

153 O porte "P" será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental — AuA.

154  
155 Incluir na Definição do Art.2 da Resolução n. 98/2017:



156 AU(9) = área útil para somatório das áreas utilizadas exclusivamente às atividades de  
157 somatoconservação ou de tanatopraxia ou de taxidermia, expressa em hectares (ha).  
158 Incluir na legenda da Resolução n. 98/2017:  
159 AU(8) = área útil para cemitérios (ha)  
160 AU(9) = área útil para atividades de somatoconservação ou de tanatopraxia ou de taxidermia  
161 (ha)”  
162 **Encaminhamento: Incluir nas revisão das Resoluções 98/17 e 99/17 níveis II ( P e M) e III**  
163 **(P,M e G) do segundo semestre de 2019.**  
164  
165 **4. Discussão de alterações/retificações referente ao código 00.12.02 - Lavra a céu aberto**  
166 **por escavação, se mineral típico de emprego na construção civil, conforme demanda**  
167 **oriunda da FIESC**  
168 Discussão: Foi analisado pelos membros da CTL a descrição do novo código proposto 00.12.02  
169 conforme justificativa apresentada pelo representante do Sindipedras, através da FIESC.  
170 Descrição atual do código que será aplicável para prefeituras:  
170 00.12.03 - Lavra a céu aberto por escavação e usinas de britagem que não possuam a  
172 finalidade de comercialização e sejam destinadas à manutenção e melhorias da malha  
173 viária municipal.  
174 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G  
175 Porte Único.  
176 Esta atividade será licenciada por meio da expedição de Autorização Ambiental —  
177 AuA.  
178 Justificativa: Realizada adequação do licenciamento ambiental afim de atender a situação  
179 fática dos municípios, mantendo os controles ambientais necessários através do  
180 licenciamento simplificado com a criação do novo código.  
190 Conforme análise e justificativa da FIESC subsidiada pelo Sindipedras entende ser  
191 temerária a questão de não existir limitação para o porte e para a produção nesta atividade,  
192 pois a atividade de mineração é impactante do ponto de vista ambiental, sendo o seu  
193 potencial poluidor/degradador classificado como G, inclusive no novo código proposto.  
194 Desta forma, um Município poderia explorar mediante AuA uma quantidade X (como  
195 exemplo  $PA \geq 120.000$ ) que para uma empresa só seria possível mediante a elaboração de  
196 um EIA-RIMA, conforme código 00.12.02. Assim, se sugere que seja delimitado um porte  
197 para a atividade, tomando-se como referência o código 00.12.02, em específico o Porte  
198 Pequeno ( $PA \leq 24.000$ ), licenciado por meio de RAP. Também se sugere que seja  
199 determinado um limite de área de extração de até 5 hectares, conforme o que é regulado  
200 pela Agência Nacional de Mineração - ANM (antigo DNPM). Pela ANM, os municípios  
201 devem pleitear a autorização para realizar a lavra mediante o procedimento denominado  
202 Registro de Extração, regulamentado pelo Decreto nº 9.406/2018 e pela Resolução ANM  
203 01/2018. Este procedimento comporta algumas limitações para a lavra, sendo elas:  
204 I - O registro de extração fica adstrito à área máxima de cinco hectares (artigo 3º, §4º, da  
205 Resolução ANM 01/2018).  
206 II - A extração deverá ser de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil,  
207 para uso exclusivo em obras públicas por eles executadas diretamente, respeitados os  
208 direitos minerários em vigor nas áreas onde devam ser executadas as obras e vedada a  
209 comercialização (inciso I do parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 9.406/2018).  
210 Desta maneira, se propõe a alteração do código no tocante à área máxima e também com  
211 relação as substâncias minerais permitidas.  
212 Após discussão foi aprovada redação para novo código:  
213 Nova redação para novo código:  
214 00.12.03 - Lavra a céu aberto por escavação e usinas de britagem que não possuam a  
215 finalidade de comercialização, requerida diretamente pelo município, e que seja destinada  
216 à manutenção e melhorias da malha viária municipal.  
217





218	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G
219	Porte Pequeno: $PA \leq 24.000$
220	Porte Médio: $24.000 < PA < 120.000$ (EAS)
221	Porte Grande: $PA \geq 120.000$ (EIA)
222	O porte inferior ao caracterizado como porte "M", será licenciado por meio da expedição de
223	Autorização Ambiental — AuA e deverá apresentar o Projeto de Recuperação de Área
224	Degradada - PRAD.
225	<b>Encaminhamento:</b> Elaborar ofício resposta para a secretaria executiva contendo a
226	consideração e sugestão ao IMA sobre de elaboração de IN específica para aplicação
227	deste código. Incorporar na listagem de atividades revisadas da Resolução Consema 98
228	e 99 do segundo semestre de 2019.
229	
230	<b>5. Discussão de alterações/retificações referente aos códigos 71.11.01 - Condomínio de</b>
231	<b>casas ou edifícios residenciais e 71.11.07 - Condomínios de edifícios de uso misto -</b>
232	<b>comercial, residencial e serviços, constantes nas Resoluções CONSEMA nº 98 e 99/2017,</b>
233	<b>conforme demanda oriunda do IMA/SC</b>
234	<u>Discussão:</u>
235	Conforme CONSEMA atual:
236	71.11.01 - Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se
237	observe pelo menos uma das seguintes condições:
238	a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;
239	b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.
240	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
241	Porte Pequeno: $10 \leq NH \leq 50$ (RAP)
242	Porte Médio: $50 < NH < 100$ (RAP)
243	Porte Grande: $NH \geq 100$ (EAS) (Redação dada pela Resolução CONSEMA nº 112, de 2017)
244	e
245	71.11.07 - Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços) localizados
246	em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições:
247	a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;
248	b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.
249	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
250	Porte Pequeno: $2.000 \leq AE(1) \leq 10.000$ (RAP)
251	Porte Médio: $10.000 < AE(1) < 100.000$ (RAP)
252	Porte Grande: $AE(1) \geq 100.000$ (EAS) (Redação dada pela Resolução CONSEMA nº 112, de
253	2017)
254	
255	Segundo a demandante: <i>“Condomínios com mais de 10 NH possuem vantagem em instalar ao</i>
256	<i>menos uma sala comercial ou de serviço, pois caso tenha área abaixo de 2.000 poderá</i>
257	<i>continuar recebendo apenas uma certidão de conformidade.</i>
258	
259	<i>Tivemos um caso em que o empreendimento possui 12 apartamentos e 3 salas comerciais.</i>
260	<i>Neste caso pelo código 71.11.01 ele seria licenciado por RAP. Entretanto, a área dele é de 1500</i>
261	<i>metros quadrados, e pode ser enquadrado no 71.11.07, o que culmina em cadastro ambiental.</i>
262	<i>Porém, entendemos que o correto seria o licenciamento trifásico neste caso, por isso a</i>
263	<i>necessidade de adequar e juntar os códigos. Propomos que o corte seja por número de</i>
264	<i>unidades privativas, independentemente se comerciais, de serviço ou residenciais.”</i>
265	
266	“71.11.01 - Condomínios de casa ou edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços)
267	localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições:
268	a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;
269	b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.
270	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M



271 Porte Pequeno:  $10 \leq \text{NUP} \leq 50$  (RAP)  
272 Porte Médio:  $50 < \text{NUP} < 100$  (RAP)  
273 Porte Grande:  $\text{NUP} \geq 100$  (EAS) (Redação dada pela Resolução CONSEMA nº 112, de 2017)  
274 NUP = número de unidades privativas  
275 71.11.07 – Eliminar  
276 71.11.06 - Condomínios comerciais ou de serviços horizontais ou verticais localizados em  
277 municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições:  
278 a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;  
279 b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.  
280 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P  
290 Porte Pequeno:  $2.000 \leq \text{AE}(1) \leq 10.000$  (RAP)  
291 Porte Médio:  $10.000 < \text{AE}(1) < 100.000$  (RAP)  
292 Porte Grande:  $\text{AE}(1) \geq 100.000$  (EAS) (Redação dada pela Resolução CONSEMA nº 112, de  
293 2017).  
294 **Encaminhamento:** continua na próxima reunião.  
295  
296 **6. Aprovação da minuta de resolução de revisão de atividades passíveis de licenciamento**  
297 **ambiental das Resoluções CONSEMA nº 98 e 99/2017, conforme demandas já aprovadas**  
298 **na CTL no segundo semestre de 2019**  
299 Discussão: Foram verificados os códigos avaliados durante o segundo semestre de 2019,  
300 tabelados conforme anexo a esta ata. Ajustadas alterações dos códigos relacionados ao abate  
301 de animais e destinação de resíduos, e incluídos temas tratados nesta reunião dos itens 1, 3 e  
302 4.  
303 **Encaminhamento:** encaminhar para secretaria executiva para fins de aprovação em plenária  
304 e publicação.  
305  
306 **7. Assuntos Gerais**  
307  
308 **a) Próxima reunião: 06/12 às 13h30 às 16h, FECAM.**  
309  
310 **II - ENCERRAMENTO:**  
311 Após leitura e aprovação desta ata, não tendo havido mais manifestações, o presidente  
312 agradecendo a presença de todos deu por encerrada a reunião. A correspondente ata foi por  
313 mim relatada, Schirlene Chegatti.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA  
CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

REVISÃO DA RESOLUÇÃO 98/17 e 99/17		
Resolução 98/2017	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
Não tem	<p>Novo Código: 00.12.03 - Lavra a céu aberto por escavação e usinas de britagem que não possuam a finalidade de comercialização, requerida diretamente pelo município, e que seja destinada à manutenção e melhorias da malha viária municipal. Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G Porte Pequeno: PA <math>\leq</math> 24.000 Porte Médio: 24.000 &lt; PA &lt; 120.000 (EAS) Porte Grande: PA <math>\geq</math> 120.000 (EIA) O porte "P" será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental — AuA e deverá apresentar o Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD.</p> <p><b>Resolução Consema 99 Nível III (porte P)</b></p>	Realizada adequação do licenciamento ambiental afim de atender a situação fática dos municípios, mantendo os controles ambientais necessários através do licenciamento simplificado com a criação do novo código.
17.30.00 - Fabricação de artefatos de papel não associada à produção de papel. Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: M Solo: P Geral: M Porte Pequeno: AU(3) $\leq$ 1 (RAP) Porte Médio: 1 < AU(3) < 3 (RAP) Porte Grande: AU(3) $\geq$ 3 (EAS)	<p>Excluir código</p> <p><b>Excluir da Resolução Consema 99 – Nível II e Nível III</b></p>	Tendo vista os impactos da atividade do código 17.30.00 em comparação as atividades sob o código 17.40.00, avaliou-se como adequado realizar a unificação destas atividades com ajustes na descrição sob o mesmo código.
17.40.00 - Fabricação de artefatos de papelão, cartolina e cartão, não associada à produção de papelão, cartolina e cartão, com geração de resíduos perigosos ou com geração de efluentes líquidos industriais ou com emissões atmosféricas. Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M Porte Pequeno: 0,1 $\leq$ AU(3) $\leq$ 0,5 (RAP) Porte Médio: 0,5 < AU(3) < 3 (RAP) Porte Grande: AU(3) $\geq$ 3 (RAP)	<p>17.40.00 Fabricação de papel, papelão, cartolina e cartão, não associada à produção de papel, cartolina e cartão, com geração de resíduos perigosos ou com geração de efluentes líquidos industriais ou com emissões atmosféricas. Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M Porte Pequeno: 0,1 <math>\leq</math> AU(3) <math>\leq</math> 0,5 (RAP) Porte Médio: 0,5 &lt; AU(3) &lt; 3 (RAP) Porte Grande: AU(3) <math>\geq</math> 3 (RAP)</p> <p><b>Resolução Consema 99 Nível II e III ( todos os portes)</b></p>	Unificação dos códigos 17.30.00 e 17.40.00 considerando a equivalência dos impactos contemplados pelas atividades.
26.50.30 Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos) em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal. Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: G Solo: M Geral: G Porte Pequeno: 7 $\leq$ CmedA $\leq$ 45 (RAP) Porte Médio: 45 < CmedA < 450 (EAS)	<p>26.50.30 Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos) em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal. Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: G Solo: M Geral: G Porte Pequeno: 7 <math>\leq</math> CmedA <math>\leq</math> 48 (RAP) Porte Médio: 48 &lt; CmedA &lt; 450 (EAS) Porte Grande: CmedA <math>\geq</math> 450 (EAS)</p>	Adequação do porte pequeno em função da observação da média semanal para o enquadramento em AuA, considerando os casos em que há o abate em um único dia da semana.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA  
CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

<p>Porte Grande: <math>C_{medA} \geq 450</math> (EAS) O porte inferior ao caracterizado como porte —P, será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA. Para enquadramento em AuA o abate máximo semanal não pode ultrapassar 48 animais.</p>	<p>O porte inferior ao caracterizado como porte “P” será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA. Para enquadramento em AuA o abate máximo semanal não pode ultrapassar 48 animais.</p>	
<p>26.50.40 Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares) em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal. Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: G Solo: M Geral: G Porte Pequeno: <math>3 \leq C_{medA} \leq 15</math> (RAP) Porte Médio: <math>15 &lt; C_{medA} &lt; 150</math> (EAS) Porte Grande: <math>C_{medA} \geq 150</math> (EAS) O porte inferior ao caracterizado como porte —P, será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA. Para enquadramento em AuA o abate máximo semanal não pode ultrapassar 20 animais.</p>	<p>26.50.40 Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares) em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal. Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: G Solo: M Geral: G Porte Pequeno: <math>3 \leq C_{medA} \leq 20</math> (RAP) Porte Médio: <math>20 &lt; C_{medA} &lt; 150</math> (EAS) Porte Grande: <math>C_{medA} \geq 150</math> (EAS) O porte inferior ao caracterizado como porte “P” será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA. Para enquadramento em AuA o abate máximo semanal não pode ultrapassar 20 animais.</p>	<p>Adequação do porte pequeno em função da observação da média semanal para o enquadramento em AuA, considerando os casos em que há o abate em um único dia da semana.</p>
<p>33.12.02 - Restauração e melhorias de rodovias pavimentadas. Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M Porte Pequeno: <math>30 \leq L \leq 50</math> (RAP) Porte Médio: <math>50 &lt; L &lt; 100</math> (RAP) Porte Grande: <math>L \geq 100</math> (EAS) O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA.</p>	<p>33.12.02 - Restauração e melhorias de rodovias pavimentadas. Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M Porte Pequeno: <math>30 \leq L \leq 50</math> (RAP) Porte Médio: <math>50 &lt; L &lt; 100</math> (RAP) Porte Grande: <math>L \geq 100</math> (EAS) O porte inferior ao caracterizado como porte “P” será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA. O porte inferior ao caracterizado como porte “M” poderá ser licenciada por meio da expedição de Licença Ambiental por Compromisso – LAC</p> <p><b>Consema 99 – Nivel II - Porte P e Nivel III – porte P, fica com a redação:</b></p> <p>33.12.02 - Restauração e melhorias de rodovias pavimentadas. Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M Porte Pequeno: <math>30 \leq L \leq 50</math> (RAP) O porte inferior ao caracterizado como porte “P” será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA.</p>	<p>CI 121/2019, oriunda da Consultoria Jurídica da SDE - encaminha cópia da Indicação nº 0904.8/2019, subscrita pelo Deputado Ivan Naatz, por meio da qual solicita a ampliação das atividades contempladas por meio da Licença Ambiental por Compromisso (LAC),</p>





ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA  
CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

	Esta atividade poderá ser licenciada por meio da expedição de Licença Ambiental por Compromisso – LAC	
34.41.13 -Estação de transbordo para resíduos sólidos urbanos. Potencial Poluidor/Degradador: Ar: M Água: P Solo: M Geral: M Porte Pequeno: QT ≤ 30 (RAP) Porte Médio: 30 < QT < 50 (RAP) Porte Grande: QT ≥ 50 (EAS)	34.41.13 - Estação de transbordo para resíduos ou rejeitos sólidos urbanos ou equiparados aos resíduos domiciliares. Potencial Poluidor/Degradador: Ar: M Água: P Solo: M Geral: M Porte Pequeno: QT ≤ 30 (RAP) Porte Médio: 30 < QT < 50 (RAP) Porte Grande: QT ≥ 50 (EAS)  <b>Consema 99 – Nível II - Porte P , M Nível III – porte P, M e G</b>	A definição de Resíduos Sólidos Urbanos conforme Lei 12.305/2010, artigo 13º diz que: <i>Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:</i> <i>I - quanto à origem:</i> <i>a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;</i> <i>b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;</i> <i>c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;</i> <i>d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”;</i> <i>(...).</i> <i>II - quanto à periculosidade:</i> <i>a) (...)</i> <i>b) (...)</i> <i>Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea “d” do inciso I do caput, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.</i> Portanto, com a atual descrição desse código, uma estação de transbordo não poderia receber resíduos comerciais ou industriais, mesmo que estes tenham as mesmas características dos domiciliares (resíduos de áreas administrativas, banheiros, refeitórios etc.). Se a nomenclatura levar em consideração a classe do resíduo, como não perigoso, estariam todas as origens englobadas, desde que, os resíduos possuam as mesmas características dos domiciliares em conformidade com o parágrafo único do artigo 13º da PNRS.
34.41.15 -Unidade de compostagem de resíduos sólidos urbanos segregados na fonte. Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M Porte Pequeno: 0,5 < QT ≤ 30 (RAP) Porte Médio: 30 < QT < 50 (RAP) Porte Grande: QT ≥ 50 (EAS)	34.41.15 - Unidade de compostagem de resíduos sólidos urbanos ou equiparados, segregados na fonte. Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M Porte Pequeno: 0,5 ≤ QT ≤ 30 (RAP) Porte Médio: 30 < QT < 50 (RAP) Porte Grande: QT ≥ 50 (EAS)  <b>Consema 99 – Nível II - Porte P , M Nível III – porte P, M e G</b>	
34.41.16 -Central de triagem de resíduos sólidos urbanos oriundos de coleta seletiva. Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P Porte Pequeno: 5 ≤ QT ≤ 30 (RAP) Porte Médio: 30 < QT < 50 (RAP) Porte Grande: QT ≥ 50 (RAP) O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental –AuA.	34.41.16 - Central de triagem de resíduos sólidos urbanos ou equiparados, oriundos de coleta seletiva. Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P Porte Pequeno: 5 ≤ QT ≤ 30 (RAP) Porte Médio: 30 < QT < 50 (RAP) Porte Grande: QT ≥ 50 (RAP) O porte inferior ao caracterizado como porte “P” será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA.  <b>Consema 99 ( nível I , II e III – portes P,M e G)</b>	
47.10.10 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, exclusivamente no território catarinense, e transporte de resíduos e rejeitos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço, industriais, de serviços de saúde, de mineração, exceto os resíduos domiciliares,	47.10.10 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, resíduos perigosos ou rejeitos perigosos, exclusivamente no território catarinense. Pot. Poluidor/Degradador: Ar: G Água: G Solo: G Geral: G Porte Pequeno: NV ≤ 10 Porte Médio: 10 < NV < 40	Alterada a proposta enviada pela ABES/ABETRE, em função do termo utilizado pela ANTT (Resolução 5848 e demais)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA  
CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

<p>resíduos de limpeza urbana, resíduos da construção civil não perigosos, resíduos de serviços de transporte não perigosos, resíduos agrossilvopastoris e resíduos recicláveis não contaminados: papel, papelão, plástico, madeira, sucatas metálicas, tecidos, vidros, polímeros expandidos e demais embalagens. Pot. Poluidor/Degradador: Ar: G Água: G Solo: G Geral: G Porte Pequeno: <math>NV \leq 10</math> Porte Médio: <math>10 &lt; NV &lt; 40</math> Porte Grande: <math>NV \geq 40</math> Esta atividade poderá ser licenciada por meio da expedição de Licença Ambiental por Compromisso - LAC. (Redação dada pela Resolução CONSEMA nº 133, de 2019)</p>	<p>Porte Grande: <math>NV \geq 40</math> Esta atividade poderá ser licenciada por meio da expedição de Licença Ambiental por Compromisso – LAC.</p>	
<p>71.60.03 -Disposição final de rejeitos industriais Classe I, em aterros. Potencial Poluidor/Degradador Ar: G Água: G Solo: G Geral: G Porte Pequeno: <math>QT \leq 5</math> (EIA) Porte Médio: <math>5 &lt; QT &lt; 15</math> (EIA) Porte Grande: <math>QT \geq 15</math> (EIA) (Redação dada pela Resolução CONSEMA nº 112, de 2017)</p>	<p>71.60.03 - Disposição final de rejeitos Classe I, de qualquer origem, em aterros. Potencial Poluidor/Degradador Ar: G Água: G Solo: G Geral: G Porte Pequeno: <math>QT \leq 5</math> (EIA) Porte Médio: <math>5 &lt; QT &lt; 15</math> (EIA) Porte Grande: <math>QT \geq 15</math> (EIA)</p>	<p>Considera-se que o código de atividade CONSEMA 34.41.10 "Disposição final de rejeitos urbanos em aterros sanitários" é redundante, uma vez que esta condição de disposição final já está contida no código de atividade CONSEMA 71.60.04 "Disposição final de rejeitos industriais Classe II A e Classe IIB, em aterros", se considerarmos as características técnicas e tipológicas dos resíduos urbanos, bem como a compatibilização com a legislação vigente. Ainda se propõe ajustes nos portes do código de atividade CONSEMA 71.60.04 de forma a estabelecer coerência técnica com os demais códigos correspondentes. Nesta proposta se mantém os portes originalmente indicados no código de atividade CONSEMA 34.41.10, que já possuía indicações técnicas adequadas.</p>
<p>71.60.04 -Disposição final de rejeitos industriais Classe II A e Classe IIB, em aterros. Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M Porte Pequeno: <math>QT \leq 5</math> (EAS) Porte Médio: <math>5 &lt; QT &lt; 15</math> (EAS) Porte Grande: <math>QT \geq 15</math> (EIA)</p>	<p>71.60.04 - Disposição final de rejeitos Classe II A e Classe IIB, de qualquer origem, em aterros. Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: G Solo: G Geral: G Porte Pequeno: <math>QT \leq 30</math> (EAS) Porte Médio: <math>30 &lt; QT &lt; 50</math> (EAS) Porte Grande: <math>QT \geq 50</math> (EIA)</p>	<p>Considera-se que o código de atividade CONSEMA 34.41.10 "Disposição final de rejeitos urbanos em aterros sanitários" é redundante, uma vez que esta condição de disposição final já está contida no código de atividade CONSEMA 71.60.04 "Disposição final de rejeitos industriais Classe II A e Classe IIB, em aterros", se considerarmos as características técnicas e tipológicas dos resíduos urbanos, bem como a compatibilização com a legislação vigente. Ainda se propõe ajustes nos portes do código de atividade CONSEMA 71.60.04 de forma a estabelecer coerência técnica com os demais códigos correspondentes. Nesta proposta se mantém os portes originalmente indicados no código de atividade</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA  
CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

Não tem	<p>71.91.00 Serviços de somatoconservação ou de tanatopraxia ou de taxidermia, localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições:</p> <p>a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;</p> <p>b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.</p> <p>Potencial Poluidor/Degradador – Ar: P; Água: M; Solo: M; Geral: M</p> <p>Porte Pequeno: <math>AU(9) \leq 0,005</math></p> <p>Porte Médio: <math>0,005 &lt; AU(9) \leq 0,01</math> (RAP)</p> <p>Porte Grande: <math>AU(9) &gt; 0,01</math> (RAP)</p> <p>O porte "P" será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental — AuA.</p> <p><b>Consema 99 – Nível II - Porte P , M</b> <b>Nível III – porte P, M e G</b></p>	<p>CONSEMA 34.41.10, que já possuía indicações técnicas adequadas.</p> <p>considerando a necessidade de tratamento dos efluentes gerados serem passíveis de tratamento por sistemas de esgotamento, foi avaliada a possibilidade de condicionar o licenciamento em função da existência de rede coletora pública e tratamento de efluentes.</p>
Não tem	<p>VII ....</p> <p>i) <math>AU(9)</math> = área útil para somatório das áreas utilizadas exclusivamente às atividades de somatoconservação ou de tanatopraxia ou de taxidermia, expressa em hectares (ha).</p>	Inclusão de definição no inciso VII do Art. 2º da Resolução 98/2017
Não tem	<p><math>AU(8)</math> = área útil para cemitérios (ha)</p> <p><math>AU(9)</math> = área útil para atividades de Somatoconservação ou de Tanatopraxia ou de Taxidermia(ha)</p>	Inclusão da nomenclatura no Anexo VII – Siglas e Abreviaturas na Resolução n. 98/17.
<p>Art. 10. No licenciamento de um empreendimento deverá ser definida a Atividade Principal e as Atividades Secundárias, quando houver.</p> <p>Parágrafo Único. O estudo ambiental, exigido para fins de licenciamento ambiental, deverá ser de acordo com a atividade que requeira o estudo ambiental de maior complexidade</p>	<p>Art. 10. No pedido de licenciamento, o requerente deve informar todas as atividades licenciáveis.</p> <p>§ 1º. O estudo ambiental exigido para fins de licenciamento ambiental deverá ser de acordo com a atividade que requeira o estudo ambiental de maior complexidade. O estudo ambiental a ser apresentado deverá ainda considerar os impactos de todas as Atividades Licenciáveis e inerentes existentes no empreendimento.</p> <p>§ 2º. Caso o empreendimento não seja passível de licenciamento, mas exista em sua estrutura atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, deverá ser aplicado o licenciamento de forma individualizada, de acordo com os portes constantes nesta Resolução. O porte a ser considerado será aquele da atividade licenciável.</p> <p>Art. 10 - A. O licenciamento ambiental das atividades licenciáveis deve se dar em um único processo, com</p>	<p>1 – A proposta, salvo melhor juízo, separa os conceitos de atividade licenciável e controles ambientais. Atividade Licenciável é aquela desenvolvida pela pessoa física ou jurídica e que para concepção ou operação necessita de licenciamento ambiental, conforme listagem do Anexo VI desta Resolução. Neste Anexo não temos uma listagem de controles ambientais com códigos específicos, o que por si só, já indica que estamos tratando de institutos diversos. Os controles ambientais por sua vez são um conjunto de instrumentos que ficam a cargo do empreendedor e que deverão ser observados e executados durante todo o prazo de vigência da Licença, inclusive como condição de validade da mesma. Ex.: Planos e Programas Ambientais. Não devemos também confundir o conceito de atividade licenciável com o de objeto social do empreendimento, visto que em inúmeras vezes para o desenvolvimento de suas atividades sociais (que podem ou não ser licenciáveis), é desenvolvido uma atividade potencialmente</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA  
CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

	<p>exceção das atividades realizadas por pessoa física ou jurídica distinta, que deve ter processo de licenciamento próprio.</p> <p>§1º. No caso de processo de licenciamento distinto, o órgão ambiental licenciador deverá vincular os processos. O estudo ambiental a ser apresentado deverá considerar os impactos de todas as atividades vinculadas. Para fins de enquadramento a atividade deverá ser considerada de forma individual.</p> <p>§2º. No caso de empreendimentos que desenvolvam atividades em área compartilhada, independente de sua titularidade, os processos de licenciamento serão distintos, porém os estudos ambientais devem considerar todas as atividades existentes na área compartilhada.</p> <p>§3º Considerando o disposto no parágrafo 2º deste artigo, para fins de enquadramento deverão ser computadas as áreas individuais e compartilhadas, somando-se individualmente em cada um dos licenciamentos.</p> <p>§4º. O disposto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo não se aplicam aos condomínios.</p>	<p>poluidora, passível de licenciamento. Ex.: Estação de Tratamento de Esgotos, quando a vazão máxima prevista seja maior que 1,5 l/s.</p> <p>2 – A regra de definição do grau de complexidade dos estudos está prevista no parágrafo único do Artigo 10 da Resolução CONSEMA n.º 98/17, que sofre pequena alteração para adequação, conforme acima apresentada. Embora tenha sido proposto o acréscimo acima grifado em vermelho, temos que a redação do dispositivo proposto, mesmo em sua redação original, não tem a extensão que o órgão proponente pretende dar, visto que, os estudos ambientais somente sofrerão a projeção de outra atividade, quando esta ATIVIDADE for desenvolvida de forma compartilhada. Portanto, as atividades que não forem desenvolvidas sob o regime de compartilhamento, não terão projeção sob os estudos do outro empreendimento.</p> <p>Por outro lado, embora a proposta seja relevante, verificamos certa dificuldade para a operacionalização da mesma, especialmente quando os licenciamentos tramitarem em órgãos diversos. Se por um lado temos o clamor da sociedade buscando uma uniformização dos procedimentos e a edição de normas claras especialmente no aspecto da competência (o que motivou inclusive a edição da Lei Complementar n.º 140/2011) anotamos que a proposta poderá burocratizar o processo de licenciamento além de causar divergência no que tange a distribuição de competências administrativas entre os órgãos. Assim, sugerimos que antes de se promover a alteração proposta, seja apresentado uma minuta de procedimento para a padronização da troca de informações entre os órgãos.</p>
<p>VIII - Atividade Principal: é a atividade fim que compreende as atividades essenciais e normais para as quais o empreendimento se constituiu;</p> <p>IX - Atividade Secundária: é a atividade auxiliar de produção de bens ou serviços exercidos no mesmo empreendimento da atividade principal;</p>	<p>VIII - Atividade Licenciável: é a atividade desenvolvida por pessoa física ou jurídica que, para concepção ou operação, necessita de licenciamento ambiental, conforme a listagem do Anexo VI desta Resolução.</p> <p>IX - Atividade Inerente: atividade industrial exercida dentro da empresa, sendo uma etapa essencial do fluxograma de produção da atividade licenciável, não sendo enquadrada como atividade licenciável.</p>	
<p>Não tem.</p>	<p>XXXIII-A - Resíduos Equiparados: são os resíduos ou rejeitos que são caracterizados como não perigosos e que, em razão de sua natureza, composição ou volume, podem ser equiparados aos resíduos ou rejeitos domiciliares.</p>	<p>Inclusão de definição no Art. 2º da Resolução 98/2017</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA  
CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

REVISÃO DA RESOLUÇÃO 128/19		
Resolução 128/2019	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
Art. 1º Reconhecer outras ações e atividades constantes do Anexo Único desta Resolução como eventuais e de baixo impacto ambiental, para fins de intervenção ou supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente – APP. Parágrafo Único. O órgão ambiental competente, poderá implementar procedimento autorizativo mediante regulamentação específica sendo que os projetos técnicos, quando necessário, deverão ser acompanhados de ART por profissional legalmente habilitado.	“Art. 1º ..... § 1º O órgão ambiental competente, poderá implementar procedimento autorizativo mediante regulamentação específica sendo que os projetos técnicos, quando necessário, deverão ser acompanhados de ART por profissional legalmente habilitado.  § 2º Nos casos em que as atividades objeto dessa resolução também sejam passíveis de licenciamento ambiental, deverão ser seguidos os procedimentos de licenciamento estabelecidos nas Resoluções Consema nº 98/2017 e 99/2017.	Ata CTL 12/07/19  Incluída redação do parágrafo 2º na resolução nº 128/2019.  O licenciamento das atividades segue o disposto na Resolução Consema n.º 98/2017 e 99/2017 e suas alterações. O procedimento autorizativo citado na Resolução Consema n.º 128/2019 não configura licenciamento ambiental. Assim essa resolução se limita a estabelecer o rol de atividades de baixo impacto para fins de intervenção ou supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente.